# Um nome a ser lembrado: Silvio Coelho dos Santos*

## Quem é o Prof. Silvio Coelho?

É professor da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1961. Natural de Florianópolis, ele nasceu em 7 de julho de 1938. Graduou-se em História (1960), mas logo deu início a uma colaboração com o Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-78), auxiliando-o em suas aulas de Antropologia. A experiência parece ter sido fundamental para delinear os rumos de sua carreira, pois o jovem Silvio Coelho ingressou num curso de especialização (1962), ministrado no Museu Nacional (RJ), sob a orientação do Prof. Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006).

Seu doutoramento foi feito na Universidade de São Paulo (1972), sob orientação de Egon Schaden (1913-91), um dos grandes nomes da antropologia brasileira e originário de São Bonifácio, uma bela cidadezinha de Santa Catarina. O título de sua tese já sinalizava os rumos de sua carreira científica: Índios e brancos no sul do Brasil – a dramática experiência dos Xokleng. Logo em seguida, ele foi aprovado nos concursos de livre docência (Educação e sociedades tribais, 1974) e de professor titular (Indigenismo e expansão capitalista: faces da agonia Kaingang, 1979). A leitura de seu depoimento permite deduzir que três pioneiros da antropologia influenciaram os rumos de sua carreira: Oswaldo Cabral, Roberto Cardoso de Oliveira e Egon Schaden, devido ao tempo de convivência e, talvez, aos traços de personalidade dos atores. Cabral foi a pessoa que mais influenciou os rumos que Silvio Coelho deu à carreira profissional.

O Prof. Silvio foi Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, depois, Pró-Reitor de Ensino (1980-86) e Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (1992-94). Ele é sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e membro da Academia Catarinense de Letras. Em reconhecimento a seus méritos acadêmicos e papel desempenhado na consolidação da UFSC, foi-lhe outorgado o título de Professor Emérito (1999). Intelectual incansável, Silvio Coelho sempre teve grande envolvimento com as atividades professorais, algo que pode ser constatado desde seu envolvimento, ainda como aluno de graduação do curso de História, num programa de alfabetização de soldados do 14o Batalhão de Caçadores (final dos anos 1950) até a presente data. Mesmo aposentado e com alguns problemas de saúde, ele ainda encontra tempo e energia para liderar o Núcleo de Estudos Sobre Povos Indígenas (NEPI/UFSC), onde orienta seus alunos e continua a produzir textos acadêmicos.

* University memories. A to be remembered name: Silvio Coelho dos Santos

Todos esses anos de sua dedicação merecem ser ressaltados, pois engrandecem o nome de nossa instituição.

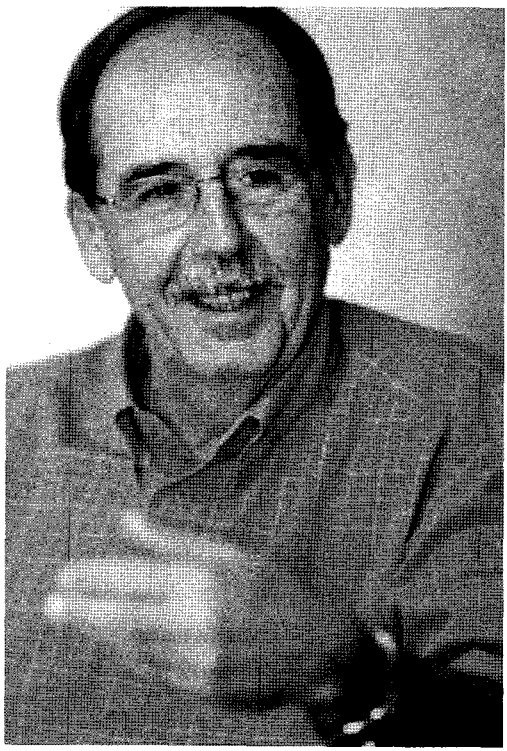

**Figura 1**
**Sílvio Coelho dos Santos, em entrevista para o jornal A notícia, Joinville (SC), 2002.**

## Contribuição intelectual

Especificamente no campo da Antropologia, Silvio Coelho, como ele é conhecido no cenário acadêmico, e Walter Fernando Piazza, sob a liderança de Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-78), formaram a primeira equipe de antropólogos e implantaram o Instituto de Antropologia na UFSC. Ele inaugurou uma linha de pesquisa que envolve a cultura dos índios Xokleng, fato que resultou na publicação de vários papers e livros, dentre os quais destacamos Índios e brancos no sul do Brasil (1978), Os índios Xokleng: memória visual (1997) e Memória da antropologia no sul do Brasil (2006), sem esquecer sua contribuição historiográfica: Nova história de Santa Catarina (1974).

Seu segundo livro (Integração do índio na sociedade regional: o papel dos postos indígenas de Santa Catarina, 1970) merece ser destacado, pois a obra foi apreendida pela Polícia Federal, quando se encontrava em fase final de publicação na Imprensa Universitária da UFSC. Conforme mostra o depoimento a seguir, o Prof. Silvio esclarece que o livro continha críticas à estrutura administrativa dos postos indígenas, fato que resultou em denúncia anônima e alguns problemas para sua liberação. Dono de variada produção acadêmica, ele também foi detentor do cobiçado II Prêmio Abril de Jornalismo (1976). A história da premiação é curiosa e merece algum detalhamento. Com efeito, um jornalista da Editora Abril veio à Santa Catarina para realizar uma matéria sobre rotas turísticas. Atendendo a uma recomendação, ele recorreu ao Prof. Silvio, em busca de ajuda.

A conversa despertou o interesse do jornalista por temas relacionados aos índios, pois ele convidou o Prof. Silvio a escrever uma matéria sobre os bugreiros, personagens perdidos no tempo, que se encarregavam de eliminar os bugres (expressão depreciativa e em desuso utilizada no sul do país para designar os índios). Eles eram contratados pelas autoridades, e atuaram até meados do século XX. O Prof. Silvio já havia discutido em suas obras o caso de Martinho Marcelino de Jesus, chefe das tropas que se consagrara com o apelido de Martinho Bugreiro, e fizera uma entrevista com Ireno Pinheiro, um ex-bugreiro que então vivia em Santa Rosa de Lima (SC). Aceito o convite, a entrevista foi transformada numa matéria jornalística e publicada na Revista do Homem (abril de 1976), que antecedeu a conhecida Playboy. A matéria teve enorme repercussão e o Prof. Silvio recebeu o cobiçado II Prêmio Abril de Jornalismo. Não obstante tudo isso, o Prof. Silvio tem forte relacionamento com o mundo acadêmico. Diante da crescente desvalorização do professor, ele não perde o otimismo e sempre enfatiza: "Sou fruto da escola pública".

## A UFSC e o Departamento de Antropologia

A história do Departamento de Antropologia confunde-se com a trajetória acadêmica de três personagens: Oswaldo Cabral, titular da disciplina Antropologia Cultural, Walter Piazza e Silvio Coelho dos Santos, seus dois notáveis assistentes. Tudo teve início quando o Prof. Cabral liderou um movimento que deu origem ao Instituto de Antropologia (1968), o qual foi transformado em Museu de Antropologia dois anos mais tarde. A nova unidade foi instalada na estrebaria da Fazenda Experimental Assis Brasil. A inauguração ocorreu em 29 de maio de 1968, e contou com a participação do Governador Ivo Silveira (1966-71), o Reitor João David Ferreira Lima e outras autoridades. Em decorrência da implantação da reforma universitária (1970), os professores passaram a integrar o Departamento de Sociologia.

O envolvimento de Cabral, Piazza e Coelho promoveu a transformação das baias da antiga estrebaria em unidades de pesquisa, o que permitiu a formação de vários pesquisadores em Arqueologia e Antropologia.

**Figura 2**
**Sílvio Coelho dos Santos com o médio sanitarista Noel Nutels no Museu de Antropologia da UFSC, 1975.**

Em 1992, a antiga estrebaria recebeu uma designação oficial: Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral. O curso de Especialização em Antropologia foi criado em 1976, dando origem ao Programa de Pós-graduação em Antropologia (mestrado), implantado em 1978. Uma portaria do Gabinete da Reitoria (0875/1985) promoveu a separação das áreas de especialização, e o processo deu origem ao Departamento de Antropologia e ao de Sociologia e Ciência Política (1995). Nessa ocasião, foi implantado o Programa de Pós-graduação em Antropologia – inicialmente mestrado, mas ampliado para o doutoramento em 1998.

## O depoimento

O presente depoimento foi dado ao editor da Revista de Ciências Humanas e envolveu cinco encontros de mais ou menos três horas de duração cada um. Os relatos foram gravados e posteriormente editados pelo próprio editor. Mais tarde, o material editado foi enviado ao Prof. Silvio para

correção de datas e inserção de informações documentais, como números de decretos e portarias emitidos pelas autoridades. Os relatos consumiram cerca de 30 horas, somando o tempo despendido no depoimento e na editoração do material. É importante ressaltar o momento em que as entrevistas ocorreram, pois também é revelador da estatura intelectual do Prof. Silvio. Com efeito, ele se submetera às extenuantes entrevistas após ter sido submetido a três cirurgias para remoção de um tumor no aparelho digestivo (numa delas, ele contraiu infecção hospitalar e foi obrigado a despender três semanas na UTI). O editor o encontrou fisicamente debilitado, mas entusiasmado com a recuperação e o retorno às atividades rotineiras. As entrevistas ocorreram no NEPI, ladeadas por alunos e funcionários.

*Rogério F. Guerra*[1]
Universidade Federal de Santa Catarina

## As perguntas e as respostas

**Revista de Ciências Humanas** – Como foi criada a Universidade Federal de Santa Catarina?

**Coelho** – A UFSC foi criada com o ato do presidente Juscelino Kubitschek (1902-76), em 1960, e instalada em 1962, embora os esforços em prol da criação da universidade remontem aos anos 1950. Num primeiro momento, Henrique da Silva Fontes defendia a criação de uma universidade estadual, obteve o aval dos governos estaduais de Irineu Konder Bornhausen (1951-56), Jorge Lacerda (1956-58) e Heriberto Hülse (1958-61), quando a União Democrática Nacional (UDN) detinha o poder em Santa Catarina. Já se tinha em mente que a universidade seria instalada na Trindade, pois a administração de Irineu Bornhausen havia promulgado uma lei reservando a Fazenda Experimental Assis Brasil para permitir a instalação do campus universitário.

Uma vez que a Faculdade de Direito, dirigida pelo Prof. João David Ferreira Lima (1910-2001), havia sido federalizada em meados dos anos 1950, houve pressão natural para que a nova instituição ficasse aos encargos do governo federal. O Prof. Henrique da Silva Fontes (1885-1966) também pertencia à Faculdade de Direito, mas Ferreira Lima contava com o apoio da maioria dos professores, de forma que prevaleceu o pensamento de que o governo estadual dificilmente teria condições de arcar com os custos de implantação de uma universidade. Os salários dos professores eram elevados, em relação aos salários pagos pelo governo estadual, e a futura universidade traria enormes encargos orçamentários.

[1] Endereço para correspondências: Departamento de Psicologia, CFH, UFSC, 88040-900, Florianópolis, SC (E-mail: rfguerra@cfh.ufsc.br).

Também deve ser levado em conta o fato de que algumas faculdades eram privadas, mas recebiam recursos orçamentários do governo estadual, como as faculdades de Economia, Odontologia, Farmácia e a própria Filosofia. Tais faculdades contavam com um corpo docente voluntário com remuneração simbólica, mas havia alguns professores que vinham de outros estados (Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul) ou eram estrangeiros. Esses professores viviam exclusivamente de sua profissão e, portanto, eram remunerados de forma mais adequada. Os professores nativos eram desembargadores, médicos ou exerciam outras atividades na cidade. Eles pertenciam a uma elite intelectual e trabalhavam nas faculdades mais por questão de prestígio ou hobby intelectual.

**RCH** – Os professores oriundos de outros estados eram contratados em tempo integral?

**Coelho** – Em alguns casos, sim, mas a maioria, não. Alguns professores do Departamento de Geografia tinham vínculo com o governo do estado, pois eles eram muito requisitados em questões que envolviam planejamento territorial. Os professores Francisco Takeda e Armen Manigonian, por exemplo, recebiam seus salários da faculdade e tinham uma complementação oferecida pelo governo estadual. Coincidentemente, o Prof. Victor Peluso Jr., Secretário de Planejamento do Governo Estadual, era engenheiro formado pelo Instituto Politécnico, mas seu interesse o levou a ingressar no curso de graduação em Geografia. Peluso tinha forte presença no Departamento de Geografia, pois ele fornecia informações importantes para o governo do estado e, dessa forma, desempenhava papel importante na fixação dos professores por meio desse segundo emprego.

Tudo isso fortaleceu naturalmente a consolidação da idéia de que a nova universidade deveria ser federal, tendo como referência a Faculdade de Direito, que já era federalizada. O modelo que preconizava que ela deveria ser estadual se encontrava em seu estágio embrionário. Houve divergências entre os defensores de uma universidade estadual e aqueles que defendiam o modelo federal, mas acabou prevalecendo a federalização.

Os debates sobre qual o modelo a seguir foram intensos. Aqueles mais relacionados com a UDN defendiam que a universidade deveria ser estadual, mas os partidários do Partido Social Democrata (PSD), ao qual pertencia o presidente Juscelino Kubitschek, defendiam que a futura universidade fosse uma instituição federal. O Prof. Davi Ferreira Lima tinha o PSD como referência (não sei se ele era filiado), mas também é importante ressaltar que JK foi um presidente muito dinâmico, e suas ações deram origem a outras universidades no país – a UFSC e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte foram criadas no mesmo dia.

**RCH** – Como era a UFSC em seus primeiros anos de vida?
**Coelho** – Era muito pequena. Ela aglutinava as faculdades existentes, mas as turmas eram compostas por um número reduzido de alunos. A Faculdade de Direito, por exemplo, oferecia 40 vagas, as demais tinham turmas compostas por 15 ou 20 alunos, no momento em que ela começou a funcionar, em 1962. O número de professores muitas vezes não excedia o número de alunos, eles trabalhavam mais pelo prazer de ensinar, e não existia o que nós conhecemos como "tradição universitária". Os professores oriundos de outros estados ou outros países eram em pequeno número, de modo que não interferiam na rotina da universidade. Logo foi notada a necessidade de instalar um curso de engenharia, especificamente, engenharia mecânica, que acabou se transformando num dos melhores cursos da UFSC.

Foi estabelecido convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, visando ao envio de professores para auxiliar nos estágios iniciais do curso. Alguns titulares foram enviados à UFSC, os quais eram auxiliados por engenheiros nativos. Eles eram recém-formados, mas se mostravam entusiasmados com as atividades de ensino e se encarregaram de ministrar as disciplinas iniciais do curso. Em seguida, os professores titulares começaram a trazer seus assistentes, dentre os quais veio o Prof. Caspar Erich Stemmer, que se fixou definitivamente em Florianópolis e foi um dos reitores da UFSC (1976-80).

A UFSC era apenas um aglomerado de faculdades por ocasião da deflagração do golpe militar (1964) e da implantação da reforma universitária (1970). Havia uma pressão muito grande para que o número de alunos fosse ampliado nas instituições federais de ensino, de modo que isso resultou na ampliação do quadro de professores e da estrutura física. O processo foi deflagrado em 1968, mas foi implantando em 1970, com a reforma. É importante ressaltar que a UFSC foi a primeira instituição a implantar o ensino de acordo com as novas diretrizes.

**RCH** – O Departamento de Antropologia também contratou professores do exterior e isso teve impacto positivo para o ensino e a pesquisa. Como surgiu essa idéia?
**Coelho** – Nós estamos dando um salto no tempo, pois isso ocorreu no final dos anos 1970, quando estávamos implantando o curso de Especialização em Antropologia. Antes da implantação do Instituto de Antropologia (1968), os professores da área de Antropologia eram liderados por Oswaldo Cabral, o titular da cadeira, tendo como assistentes Walter Fernando Piazza e eu, mas ele também contava com um pequeno grupo de pesquisadores que atuavam em pesquisas arqueológicas de campo. Anamaria Beck e Piazza faziam parte desse pequeno grupo, mas Piazza posteriormente acabou assumindo a regência da disciplina História da América.

O grupo realizava pesquisas em sambaquis na época em que as autoridades governamentais nada sabiam da importância desse material arqueológico. Com a promulgação da lei em defesa do patrimônio nacional (1961), o governo federal passou a estimular os estudos arqueológicos, o que permitiu os avanços nessa área. Nesse contexto, surgiu o Padre João Alfredo Rohr (1908-84), professor do Colégio Catarinense, personagem de grande importância e que deu impulso às pesquisas arqueológicas em Santa Catarina. A época era favorável, de modo que o então implantado Instituto de Antropologia entrou em contato com várias instituições estrangeiras, visando a uma colaboração mais estreita. O que nós fazíamos tinha projeção nacional e internacional.

Os professores de antropologia estavam lotados no Departamento de Sociologia, embora já haviam sido reconhecidos nossa competência e prestígio. Nós éramos um grupo minoritário nesse departamento, mas formulamos uma proposta de criação de um curso de Especialização em Antropologia (1974). O Departamento de Sociologia aceitou a proposta, mas praticamente condicionou sua aprovação à criação de outro curso de especialização, em Sociologia, fato que deu origem ao curso de Especialização em Ciências Sociais, implantado em 1976. Num primeiro momento, foi contratado como professor visitante o Prof. Tom Miller. Com a saída dele dois anos depois, contratamos Paulo Leslie Aspelin.

**RCH** – Como isso ocorreu? De onde veio a idéia, algo bastante arrojado, para a contração desses professores?

**Coelho** – Os anúncios para a contratação eram veiculados nas revistas internacionais e nos congressos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Essa prática acabou contaminando o Departamento de Sociologia, tendo como referência os procedimentos que havíamos adotado. Houve bastante discussão e muitas negociações, mas acabou prevalecendo o entendimento de que os professores estrangeiros permitiriam melhoria no ensino e na pesquisa. É importante ressaltar que havia grande flexibilidade administrativa na época. Os professores eram contratados como professores-visitantes por até quatro anos (dois anos, mais dois anos de renovação).

Muitos professores de fora acabaram se fixando definitivamente na UFSC. Com a implantação da reforma universitária (1970), havia pressão considerável para a ampliação do numero de vagas nos cursos de graduação. O governo estimulava a contratação de pessoas com boa titulação acadêmica, de forma que a UFSC teve de recorrer a alguns procedimentos para preencher seus quadros. O país dispunha de poucos doutores formados e os professores-visitantes atendiam a nossas necessidades.

Os professores franceses eram obrigados a prestar serviço militar, mas eles podiam optar por atividades de ensino em outros países – o curso de engenharia da UFSC recebeu muitos professores e, com efeito, alguns acabaram se fixando definitivamente na nossa instituição.

Na administração do Prof. Stemmer, houve expansão do número de cursos de graduação, algo que resultou na ampliação do espaço físico e do quadro de professores e funcionários. Stemmer estava saindo de um cargo no governo federal e usou seus conhecimentos e acesso privilegiado para ampliar a dotação orçamentária para a UFSC. Tudo isso contribuiu para o crescimento da UFSC no cenário nacional.

**RCH** – Algumas fotografias de seu livro mostram que os alunos assistiam às aulas de paletó e gravata, havia um livro de ponto para os professores e funcionários e o acesso à UFSC era por estrada de barro. Descreva melhor esse cenário.

**Coelho** – O contexto da época era muito diferente do atual, pois a cidade era pequena e alguns alunos vinham do interior, eram pertencentes à classe média e recebiam suporte financeiro de suas famílias. Não existia bolsa de estudo, embora os alunos contassem com um restaurante universitário e uma Casa de Estudante. Na época, o melhor cinema na cidade exigia que os freqüentadores das sessões noturnas viessem de paletó e gravata.

Na Faculdade de Direito, o uso do paletó e gravata era muito comum entre os professores e alunos, algo que parecia sinalizar a intenção de mostrar que eles pertenciam a uma elite privilegiada, tal como ocorre nos dias de hoje. No que diz respeito ao Prof. Oswaldo Cabral (1903-78), diretor da Faculdade de Filosofia e que implantara um "relógio-ponto", ele era uma pessoa muito ciosa de suas responsabilidades. Ele foi deputado estadual por dois mandatos (num deles, assumiu a presidência da Assembléia Legislativa), exerceu a medicina e coordenou as atividades dos médicos do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC). Cabral iniciava às 7h30 e interrompia às 11h30 suas atividades na Faculdade de Filosofia. Ele almoçava em casa e logo em seguida se dirigia ao IAPC.

Por volta de 1961, a UFSC ainda não havia sido instalada, de modo que muitos professores não recebiam salários. A situação só foi regularizada no final desse ano. Nessa ocasião, o Prof. Fontes não pôde assumir a direção da Faculdade de Filosofia, pois tinha mais de 70 anos, de modo que o Prof. Cabral foi indicado pela congregação para assumir o posto. Ele mandou instalar um "relógio-ponto" logo na entrada do prédio. O fato gerou forte descontentamento entre os professores, e o episódio culminou com seu pedido de demissão do cargo de diretor.

É importante lembrar que a maioria dos professores era oriunda de uma faculdade particular e vinha à instituição para ministrar as aulas. A biblioteca era muito pobre, não havia outros prédios ou alguma infra-estrutura, o acesso era por uma estrada empoeirada e o campus tinha muitos sapos e muitos mosquitos.

**RCH** – O Prof. Cabral desempenhou papel importante para a consolidação do Instituto de Antropologia. Como era seu relacionamento com ele?
**Coelho** – Cabral desempenhou papel importante para a instalação de um grupo de pesquisadores em Antropologia. Ele era uma pessoa muito aberta e atenciosa com seus alunos. Em 1961, eu lhe informei o meu desejo de cursar uma pós-graduação fora do estado. Eu era professor dativo (sem remuneração) e lhe manifestei que estava gostando de minhas funções como auxiliar de ensino, mas que tinha vontade de aprofundar os estudos. Nessa ocasião, eu havia acumulado a experiência de professor no Colégio Catarinense (eu era professor de História e Geografia para alunos da 5a série) e era orientador pedagógico da prefeitura municipal. Esclareço que eu também era aluno regular do curso de graduação em Direito, pois a minha intenção inicial era me formar na Filosofia, dar aulas de História e logo me direcionar para a atividade jurídica.

A criação da UFSC e o convite do Prof. Cabral provocaram o trancamento de matrícula no curso de Direito e minha vida acabou tomando outro direcionamento. Quando eu manifestei ao Cabral meu desejo de realizar um curso de especialização, ele prontamente apoiou meu pedido, de modo que as atividades de ensino ficaram aos encargos dele e de seu assistente, o Prof. Walter Piazza. Logo depois vieram Anamaria Beck, Marcílio Dias dos Santos, Giralda Seyferth e Maria José Reis. Parece que Cabral visualizara a criação de uma equipe de auxiliares que posteriormente trabalharia em outras instituições, como foi o caso de Giralda Seyferth, que acabou se fixando no Museu Nacional (RJ). Ela havia estagiado nessa instituição, mas recebeu o convite para lá permanecer, e não encontrou resistência alguma por parte de Cabral.

Como explicar essa generosidade de Cabral? Parece que isso se deve ao fato de que ele não tivera filhos e tratava seus auxiliares como se fossem seus filhos. As reuniões ocorriam em sua residência, pois a biblioteca da Faculdade de Filosofia era muito pobre, e Cabral tinha um bom acervo bibliográfico em sua casa. D. Olívia, sua esposa, providenciava o lanche para todos e logo emendava uma pergunta: "Vocês vão ficar para o jantar?" O Prof. Cabral praticamente não tinha vida social, viajava pouco, e só saía de casa para assistir às missas nos domingos. Não obstante isso, ele era uma referência nacional e tinha muito contato com pesquisadores notáveis.

Cabral escrevia muitas cartas, mas não freqüentava os congressos. Roger Bastide (1898-1974), professor francês que auxiliara na implantação da USP, fez o prefácio de seu livro Cultura e folclore (1954). Como prova de seu prestígio, Bastide orientou a pesquisadora Maria Isaura Pereira de Queiroz a entrar em contato com Cabral, visando a uma orientação mais segura para suas pesquisas sobre a guerra do Contestado.

**RCH** – Como surgiu o interesse pelos estudos nesse campo, especificamente com os indígenas?
**Coelho** – Como eu havia dito, por volta de 1961, eu atuava como uma espécie de monitor do Prof. Cabral, sem receber qualquer remuneração. Eu tinha de dar aulas sobre temas de que eu tinha pouco domínio. Cabral tinha muitos compromissos e às vezes se aproximava e dizia: "Assuma as aulas que daqui a pouco eu chego", mas não chegava. Eu tinha dificuldade com a matéria e isso me levou a manifestar a intenção de fazer um curso de especialização (ainda não existiam mestrados e doutorados, na forma como conhecemos hoje). Eu tinha conhecimento de que havia um curso desse tipo na USP e no Museu Nacional, da Universidade do Brasil (atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro). Como foi dito, Cabral me deu todo seu apoio, e foi nesse contexto que eu me inscrevi no curso de Especialização do Museu Nacional, sob orientação do Prof. Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006). Eu recebi uma bolsa de estudo do Instituto de Ciências Sociais, o qual era ligado à Universidade do Brasil e recebia recursos de várias organizações, dentre as quais a UNESCO.

**RCH** – Como seus estudos iniciais eram feitos?
**Coelho** – Eu estava me dedicando integralmente ao curso de especialização, quando soube (em março de 1962) que o Prof. Cardoso estava planejando uma expedição à Amazônia, visando a dar prosseguimento a seu projeto de pesquisa sobre fricção interétcnica. O projeto era desenvolvido numa região fronteiriça do Brasil com a Colômbia e tinha como referência uma população de índios Tükuna, que tinha largo contado com a sociedade regional. O projeto objetivava, mais especificamente, explorar as relações interétnicas. Eu fiquei muito contente quando fui convidado para participar da expedição, mas também fiquei preocupado com o acúmulo de atividades.

O curso de especialização era muito pesado e exigia muitas leituras, seminários e relatórios. Semanalmente, o Prof. Roberto se reunia com os alunos (éramos apenas três: Cecília Maria Vieira Helm, Estela Amorim e eu) para as apresentações dos temas de estudo. As reuniões contavam com a participação de seus assistentes, entre os quais Roberto Augusto da Matta, Roque de Barros Laraia ou decano do Museu Nacional, Prof. Luiz de Castro Faria, alguns alunos que haviam terminado o curso também assistiam às aulas.

As reuniões terminavam por volta do meio-dia e, então, nós saíamos para o almoço. Quando retornávamos, os livros selecionados para as leituras já se encontravam na sala, com discriminações das páginas e dos capítulos para as próximas apresentações de seminários. A experiência foi árdua, mas me proporcionou certa familiaridade com os expoentes, principais correntes e os clássicos da antropologia. O Prof. Cardoso exigia que seus colaboradores lessem a literatura pertinente ao seu projeto de pesquisa, mas não os isentava de suas obrigações com os seminários.

**Figura 3**
**Sílvio Coelho dos Santos com o "capitão" Ponciano, líder dos Tikuna de Mariuaçu, AM,1962.**

**RCH** – Como foi a experiência e contato com os índios Tükuna?
**Coelho** – A experiência de campo foi fundamental para a minha formação, pois permitiu aliar o conhecimento teórico com o mundo real. Quando eu comuniquei minha família que eu estava indo para a Amazônia, todos ficaram preocupados com minha segurança física. A região era desconhecida e nós tivermos que viajar armados (cada um levava um revólver e uma carabina para caça), mas, felizmente, não houve necessidade de realizar algum disparo com o armamento.

A experiência permitiu o treinamento metodológico em pesquisa de campo e o contato direto com populações pouco conhecidas. Inicialmente, nós nos dispersávamos para realizar entrevistas ou registrar depoimentos de famílias e, à noite, nós escrevíamos os diários de campo.

No primeiro dia de chuva ou ocasião em que havia algum impedimento para as saídas, o Prof. Cardoso lia todos os diários, por inteiro, e fazia críticas e comentários sobre os registros. Após esse período de pesquisa de campo, eu fiquei algumas semanas em Manaus e Belém, para coletar informações sobre a região.

Quando eu retornei ao Museu Nacional, a sucessão de seminários se somou às obrigações de sistematização e ordenação dos diários, e tive oportunidade de ler os primeiros capítulos do livro que o Prof. Cardoso estava finalizando. Tudo isso me proporcionou uma experiência sobre todas as etapas de uma pesquisa, desde a coleta de dados em campo, redação e sistematização das informações até a publicação de um livro.

**Figura 4**
**Sílvio Coelho dos Santos entrevistando um índio Xokleng, Ibirama, SC, 1980.**

**RCH** – O contato com as populações de índios da Amazônia serviu de inspiração para os estudos com os Xokleng?

**Coelho** – Os alunos do curso de especialização deveriam elaborar uma monografia final para obtenção do título. Quando eu comecei a pensar no assunto, o Prof. Cardoso sugeriu que eu formulasse um projeto de pesquisa – lembrando que eu era aluno regular do curso de Direito da UFSC e ainda não havia abandonado por completo a intenção de seguir a carreira jurídica.

Eu retornei à Florianópolis e comecei a acumular as atividades de ensino e pesquisa, e colaborei para a instalação da Faculdade de Educação, na Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC). Logo eu percebi que não havia a mínima condição de seguir com o curso de Direito, o que resultou no trancamento da matrícula e abandono.

**Figura 5**
**Sílvio Coelho dos Santos um velho índio Xokleng, em São João de Cima, Calmom, SC, 1964.**

Entre fazer uma monografia e construir um projeto de pesquisa, com vistas a um futuro doutoramento, Roberto Cardoso me estimulou a aprofundar os estudos sobre relações interétnicas, e isso deu origem a um projeto de pesquisa sobre os índios pertencentes ao grupo Jê de Santa Catarina, entre os quais, os índios Xokleng. O Prof. Cardoso queria estimular novos grupos de pesquisa sobre relações interétnicas, de modo que o projeto foi o norteador de minhas futuras atividades na UFSC. Em julho de 1963, realizei a minha primeira excursão à Ibirama (SC) e o meu projeto foi um dos primeiros a receber aprovação da congregação, o que significava a possibilidade de obter diárias para as viagens de campo. O curso de especialização melhorou muito a minha formação acadêmica, pois tive experiência em pesquisa de campo e, principalmente, tive oportunidade de interagir com o Prof. Cardoso. Ele já tinha grande reputação acadêmica e o seu livro (O índio e o mundo dos brancos: a situação dos Tükuna de Alto Solimões, 1964), para o qual colaborei, tornou-se uma obra de referência.

**RCH** – Como foi a experiência no doutoramento na Universidade de São Paulo?

**Coelho** – O curso de especialização e o contato com Roberto Cardoso me abriram as portas para o doutoramento, pois dois anos após eu já estava me inscrevendo na USP. Eu entrara em contato com o Prof. Egon Schaden (1913-91), o catedrático na área de Antropologia, o qual serviu de padrinho para o meu ingresso na pós-graduação. Os alunos eram aceitos no programa mediante este procedimento, pois um professor catedrático tinha a incumbência de levar à congregação a proposta de pesquisa, juntamente com o currículo do candidato. Feito isso, os membros da congregação decidiam se aprovavam ou não o ingresso do candidato no programa.

O Prof. Schaden era originário de São Bonifácio, cidade do interior de Santa Catarina, mas fizera carreira acadêmica na USP. Eu fui bem-sucedido em minhas intenções. A base do curso de pós-graduação era a cadeira de Antropologia, dirigida pelo Prof. Schaden. A congregação determinava que o aluno deveria ter algumas atividades complementares, de modo que eu escolhi cursar as cadeiras Sociologia I e Sociologia II, ministradas respectivamente pelos professores Florestan Fernandes (1920-95) e Rui Coelho.

Houve uma discussão sobre as atividades que seriam desenvolvidas, de modo que os alunos poderiam optar entre a participação em seminários, sob a orientação dos professores, ou apresentação de resultados de pesquisas. Eu escolhi a segunda alternativa, pois eu já desenvolvia atividades de pesquisa na Faculdade de Educação, junto ao Centro de Pesquisas Educacionais (CEPE-UDESC), e também na UFSC.

Em razão disso, eu apresentei o trabalho Educação e desenvolvimento em Santa Catarina, para cumprir os pré-requisitos da disciplina Sociologia II, do Prof. Rui Coelho. Eu havia trabalhado com os resultados de pesquisa de campo e havia me baseado na experiência como pesquisador da Faculdade de Educação, o qual era contratado para trabalhar no período da tarde. O trabalho foi aprovado e se transformou no meu primeiro livro publicado (1968).

No que diz respeito ao Prof. Florestan, eu cheguei à conclusão de que seria interessante explicitar o modo de funcionamento dos postos indígenas, nas regiões de Ibirama e Chapecó (SC). Eu comecei a focalizar a estrutura burocrática dos postos, o que deu origem ao livro A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas. Quando eu apresentei o trabalho ao Prof. Florestan, estavam em início as cassações políticas na USP. Florestan foi cassado nessa ocasião, sendo substituído por um de seus assistentes, a quem cabia a função de levar a obra para ser avaliada por uma banca. Não havia defesa prévia. O trabalho foi aprovado e, após tudo isso, eu levei o manuscrito ao Prof. Cabral para permitir a publicação na Imprensa Universitária da UFSC. Nesse tempo, não havia a Editora da UFSC e os professores deveriam arcar com os custos da publicação de seus livros, descontados diretamente de seus salários.

**RCH** – Num depoimento de grande significado histórico (A antropologia em Santa Catarina, 2006), você relata que um de seus livros foi apreendido pela Polícia Federal quando se encontrava em fase final de edição (dezembro de 1969). Qual foi o motivo da apreensão?

**Coelho** – Nessa ocasião existia a Revista do Instituto de Antropologia, dirigida pelo Prof. Cabral, e que tinha tiragem bastante reduzida (aproximadamente 500 exemplares). Eu entregara o manuscrito à revista e informara ao Prof. Cabral que publicaria a obra em forma de livro. Eu acertara com a imprensa universitária que pagaria a diferença nos custos. A revista e o livro estavam correndo paralelamente, mas eu soube que o livro fora apreendido pela Policia Federal, quando se encontrava na fase final de edição. Parece que houve uma denúncia, embora eu não saiba a origem e nem de onde ela partiu. O livro continha críticas ao modo de funcionamento dos postos indígenas, que era uma unidade administrativa dentro da administração federal.

**RCH** – Como as autoridades ficaram sabendo da existência do livro? Houve alguma denúncia?

**Coelho** – Após 1964, havia uma vigilância sobre as atividades dos professores, alunos e funcionários das universidades federais. Freqüentemente, a UFSC recebia a transferência de estudantes oriundos de Brasília,

Rio de Janeiro e São Paulo, outros eram misteriosamente transferidos para outras regiões do país. Os alunos logo percebiam que alguns deles eram espiões, pois eles não tinham as características típicas de um estudante universitário e exibiam conduta bastante estranha.

Houve também um inquérito na UFSC, envolvendo denúncias de colegas e que resultaram em demissões ou aposentadorias compulsórias, expulsões de alunos. Eu tive um colega do curso de Especialização em Antropologia (turma anterior à minha, no Museu Nacional) que se suicidou, pois ele foi demitido da UFMG e não suportou as pressões sofridas. O Serviço de Segurança da UFSC não estava subordinado à Reitoria, mas respondia diretamente ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Durante esses anos, muitas residências foram invadidas e havia a preocupação com a integridade física dos colegas. Para evitar algum problema, eu escondi na residência de meu pai muitos dos livros que havia utilizado no curso de especialização, pois poderiam ser considerados subversivos.

**RCH** – Que tipo de problema a apreensão do livro causou? Como ele foi liberado?

**Coelho** – Houve uma preocupação muito grande sobre como proceder para liberar o livro. Inicialmente, eu levei o problema ao Prof. Cabral, já que a revista que ele dirigia tinha o mesmo texto e também poderia ser apreendida. Em seguida, Cabral entrou em contato com o Reitor Ferreira Lima, o qual imediatamente telefonou para a Polícia Federal. Na época, ela funcionava no bairro Estreito, suas instalações eram pequenas e modestas e era dirigida por Ary de Oliveira, tenente-coronel reformado do Exército e oriundo de uma família de Florianópolis. Ele era o delegado regional da DPF/SC.

Curiosamente, eu havia prestado serviço militar e, posteriormente, atuara como alfabetizador de soldados na mesma unidade que Ary de Oliveira comandava. Por uma iniciativa de quatro ou cinco estudantes, a União Catarinense dos Estudantes (UCE) havia criado um movimento para alfabetizar os soldados, e eu acabei me engajando na iniciativa. Um primo havia me solicitado que eu o substituísse, pois ele estava se preparando para as provas do vestibular para Medicina. Ele não dispunha de tempo e a concorrência era grande.

A iniciativa da UCE foi bem-sucedida, pois o comandante do 14o Batalhão de Caçadores acenou com a possibilidade de oficializar a escolinha junto à Secretaria Estadual de Educação. Os estudantes ficaram entusiasmados, pois eles receberiam um certificado e uma pequena remuneração, uma vez que o trabalho não poderia ser gratuito nos moldes oficiais. A proposta do comandante do batalhão foi efetivada no ano seguinte e eu assumi integralmente a vaga de meu primo, pois ele acabou sendo aprovado no vestibular para o curso de Medicina.

Tudo isso ocorreu por volta de 1956 e 1957, e o comandante de uma das unidades do batalhão era justamente o Tenente-Coronel Oliveira, o qual eu via quase todo o final de tarde.

Voltando ao episódio da apreensão de meu livro pela Polícia Federal, e após o telefonema do Prof. Ferreira Lima, eu recebi um recado para falar com o Oliveira. Eu cheguei "calçado" para a conversa, e um outro detalhe permite entender isso: meu pai e o pai do comandante eram amigos, pois ambos eram remadores de clubes tradicionais de Florianópolis, de modo que a conversa entre os dois também facilitou a liberação do livro. A entrevista ocorreu cerca de 15 dias após a apreensão do livro. Nessa ocasião, Oliveira me informara que não havia lido o livro e deixara aos encargos de seus assessores a elaboração de um relato ou parecer sobre a obra. Em respostas a suas indagações, eu lhe dissera que o livro era resultante de um projeto de doutoramento da USP e que ele havia sido aprovado pela UFSC. Ele chamou seus assessores e informou que o livro seria liberado.

Todas as páginas do livro foram carimbadas e assinadas e eu recebi um atestado (19 de fevereiro de 1970) assinado por ele, esclarecendo que o livro poderia ser publicado pela imprensa universitária. O livro teve circulação restrita, mas abriu algumas portas. Com efeito, eu acabei sendo convidado pela Universidade de Berna (Suíça) para participar de um congresso em Barbados (1971). O congresso tinha como foco as relações entre brancos e indígenas na América Latina, poucas pessoas foram escolhidas (cerca de 18), e eu obtive financiamento do Conselho Mundial de Igrejas para o custeio de minha viagem.

**RCH** – A que o senhor atribui a apreensão do livro? Havia algo de "subversivo" nele?

**Coelho** – O livro discute a falência dos postos indígenas. Ele apresentava uma crítica ao uso das terras indígenas para projetos que nenhum benefício traziam aos índios, como implantação de madeireiras e serrarias, plantio de soja e desmatamentos. Eu não tenho nenhuma idéia sobre a origem da denúncia, mas muitas pessoas circulavam na imprensa universitária e algumas devem ter tido oportunidade de manusear os originais. Alguns professores tinham interesse de publicar seus livros e isso, sem dúvida alguma, gerava rivalidade e competição desleal. A denúncia foi feita por alguém que tinha algum conhecimento do teor do livro. Por outro lado, eu tenho a convicção de que o telefonema do Prof. Ferreira Lima e o relacionamento de meus familiares permitiram que o livro fosse liberado. Caso eu fosse professor de uma grande instituição, como a USP, UnB ou UFRJ, eu não teria sucesso na minha carreira acadêmica, pois a apreensão do livro resultaria certamente numa cassação ou algo mais grave.

**RCH** – Como era a convivência com os colegas da UFSC durante o regime militar?

**Coelho** – Nós trabalhávamos no Instituto de Antropologia, e o Prof. Cabral era o diretor da unidade. O grupo de Antropologia era um pessoal diferenciado e independente, pois todos nós tínhamos pós-graduação (latu sensu). O Prof. Cabral fora deputado estadual pela UDN, mas não fazia restrições às críticas. Ele era uma pessoa aberta e não tolerava perseguições políticas. Quando o Instituto de Antropologia foi transformado em Museu de Antropologia (1970), ele não concordou com a mudança, em razão das pessoas que estavam por trás da proposta. Era o pessoal da comissão encarregada da implantação da reforma universitária, o qual não usufruía o respeito por parte de Cabral.

Muitas pessoas não compreendiam o que estava acontecendo nos anos pós-1964, outras não queriam entender e muitos apoiavam o golpe militar. Com efeito, a Constituição implantada em 1967 trouxe benefícios aos professores, pois houve uma elevação substancial dos salários e muitos contratos temporários foram transformados em definitivos. O regime de tempo integral veio logo em seguida, o que explica a presença de um bom número de defensores do regime militar dentro da UFSC.

**RCH** – Várias instituições acadêmicas foram alvos de perseguições políticas durante o governo militar (1964-85), fato que resultou na demissão, aposentadorias compulsórias ou no abandono do país por muitos pesquisadores notáveis. A UFSC também foi alvo desses procedimentos, de forma que seria interessante ouvir o seu depoimento sobre a conhecida "Operação Barriga Verde".

**Coelho** – Alguns professores e funcionários foram cassados, devido aos inquéritos instalados na UFSC, como Armen Manigonian, Eugênio Doin Vieira e outros. Mais tarde, surgiu a "Operação Barriga Verde" (1975), episódio que resultou na prisão de alguns professores no próprio ambiente de trabalho, como ocorreu com Marcos Cardoso, professor da Engenharia, que foi preso dentro da UFSC.

No cenário nacional, nós temos vários exemplos de cassações, demissões e aposentadorias compulsórias, como as que ocorreram na USP, UnB e UFRJ. A UFSC era uma instituição muito pequena e contava, felizmente, com a diplomacia e habilidade do Reitor Ferreira Lima. Ele telefonava pessoalmente para as autoridades e intercedia em favor dos denunciados, como fizera em relação à apreensão de meu livro pela Polícia Federal. O ambiente na UFSC era tenso, pois havia muitas denúncias, os professores tinham dificuldades para ir a congressos no exterior (até os anos 1980, o ministro assinava as portarias autorizando as viagens).

Florianópolis era muito pequena e a UFSC, felizmente, não sofreu os impactos sofridos pelas grandes universidades do país. Convém ressaltar que a grande maioria do professorado (aproximadamente 90%, segundo minhas estimativas) aderira ao lema "Brasil, ame-o ou deixe-o". O lema surgiu durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-74), em pleno clima da vitória do Brasil na Copa do Mundo (1970). Muitos professores colocavam um adesivo plástico contendo o lema no vidro dos carros.

Eu me lembro que o Prof. Osvaldo Maciel, um dos fundadores da ANDES e APUFSC, sempre estacionava seu carro próximo ao Museu de Antropologia, aproveitando a sombra de um frondoso flamboyant. Maciel pertencia à área de Ciências Biológicas, e a maioria de seus colegas afixava o tal adesivo em seus carros. Isso o deixava constrangido e um pouco temeroso de que seu carro pudesse ser alvo de algum dano. Cabral, Anamaria Beck, eu e outros professores de minha área não usávamos o adesivo, de forma que Maciel parecia sentir-se mais próximo do nosso grupo. Quando a anistia foi implantada, eu tive a surpresa de constatar que muitos adeptos do "Brasil, ame-o ou deixe-o" rapidamente "trocaram de camisa", pois muitos removeram rapidamente o adesivo dos carros.

**RCH** – De que forma o acordo MEC/USAID influenciou a consolidação da UFSC e, especificamente, a criação do Departamento de Antropologia?
**Coelho** – A partir da deflagração do golpe militar de 1964, o Brasil gradativamente passou a ampliar ainda mais sua ligação com os EUA. Os americanos estimularam os movimentos militares, o que resultou na tomada do poder pelos militares de carreira em vários países da América Latina. O Ministério da Educação tinha um acordo com a UNESCO que permitia que uma missão prestasse assistência educacional ao governo federal e aos estados. Eu me recordo disso, pois eu trabalhava no Centro de Pesquisas Educacionais, da Faculdade de Educação (UDESC), e tive oportunidade de participar de vários seminários e colóquios regionais, em que ficou evidente a necessidade de formular um plano estadual de educação.

Os técnicos da UNESCO (dois belgas e um francês) participavam dessas reuniões, e influenciaram diretamente a elaboração da política educacional. A contribuição desses técnicos foi muito importante, pois resultou no I Plano Estadual de Educação, implantado em 1969, ainda no governo de Ivo Silveira (1966-71). Eu participei intensamente de sua formulação. Por outro lado, a reforma universitária implantada na UFSC ocorreu sob a influência direta do acordo MEC/USAID, o qual substituiu a missão da UNESCO. O governo militar não renovara o protocolo com a UNESCO e abraçara um novo acordo com os americanos.

Nas universidades federais, havia o forte desejo de implementar reformas, visando à eliminação do sistema de cátedras, ampliação do número de vagas e a proporcionar maior dinamicidade às instituições. Alguns educadores, como Anísio Teixeira, haviam pensado em tais reformas antes de 1964, mas com o golpe militar surgiu a disposição de reformar as universidades, tendo como modelo as universidades americanas. Foi nesse contexto que os técnicos do programa MEC/USAID vieram ao Brasil para prestar assistência educacional, auxiliando as autoridades a implantar as reformas. Na UFSC, Mr. Atcon se tornou um conselheiro bastante conhecido do grupo encarregado de implantar a reforma universitária (1970). Esse professor é mencionado de forma bastante elogiosa no livro do Prof. Ferreira Lima UFSC: sonho e realidade (1980).

**RCH** – Quais foram as modificações resultantes da reforma universitária? Elas foram positivas naquele contexto?
**Coelho** – A principal característica da reforma foi a implantação do ensino básico e dos cursos profissionalizantes. Os alunos prestavam vestibular para uma área e, posteriormente, optavam pelos cursos convencionais (Direito, Medicina ou Engenharia, por exemplo). O modelo não foi bem-sucedido, devido às pressões dos pais, os quais pressionavam para o retorno dos vestibulares por curso. Quando um jovem dizia que havia sido aprovado no vestibular, os pais entendiam que o filho fora bem-sucedido na aprovação para um curso altamente concorrido, como Medicina ou Direito. Após a finalização do ensino básico, eles eram aprovados para um curso menos concorrido, o que gerava certo desconforto aos pais. Nesse sentido, a proposta era interessante, pois um jovem de 17 ou 18 anos tem pouco conhecimento ou maturidade para optar por um curso profissional. Esse problema se torna ainda mais relevante quando constatamos a diversidade de carreiras e novos cursos que estão surgindo, além dos cursos que conhecemos atualmente. Por outro lado, algumas modificações sugeridas pelos técnicos do acordo MEC/USAID foram aceitas de modo acrítico.

**RCH** – E os pontos negativos da reforma universitária?
**Coelho** – Algumas experiências haviam dado bons frutos, mas foram abandonadas pela nova estrutura universitária, como ocorrera com o Instituto de Antropologia. A aglutinação de várias áreas num grande centro e a formatação do chamado ciclo básico praticamente liquidou a Faculdade de Filosofia, já a Faculdade de Direito, por exemplo, pouco sofreu com a reforma e praticamente sobreviveu inalterada à reforma. Os professores da Faculdade de Filosofia já tinham alguma tradição em pesquisa, mas passaram a ministrar disciplinas para vários cursos, e os novos encargos reduziram o tempo de pesquisa e transformaram a faculdade num grande colégio.

Cerca de dois anos após a implantação da reforma, surgiram as críticas e pressões contrárias ao ensino básico. Elas vieram da comunidade (não de dentro da universidade), pois os pais pressionavam para o retorno dos vestibulares para cursos clássicos. Diante disso, o Centro de Estudos Básicos foi dividido em quatro centros: Centro de Ciências Humanas (mais tarde, Centro de Filosofia e Ciências Humanas), Centro de Educação, Centro de Ciências Biológicas e Centro de Comunicação e Expressão. Outro ponto negativo que ainda persistia é a grade curricular rígida e fechada que o aluno deve cumprir. Ele deveria ter direito de realizar atividades em várias áreas, e os professores deveriam ser estimulados a uma interação multidisciplinar.

Atualmente, existe uma compulsão pelo cumprimento da grade curricular, sem que o aluno tenha alguma flexibilidade de adicionar créditos equivalentes à participação em palestras, mesas redondas ou conferências. Com a reforma, o departamento passou a ser a expressão máxima da universidade, de modo que surgiram, de modo artificial e sem alguma justificativa razoável, novas disciplinas para facilitar a contratação de professores e a consolidação da estrutura administrativa dos departamentos.

**RCH** – As universidades brasileiras se agigantaram com o tempo, devido à massificação do ensino superior. Quais foram os pontos positivos e negativos desse fenômeno?

**Coelho** – A reforma universitária trouxe vários problemas, dos quais muitos foram devidos a uma certa falta de maturidade e açodamento dos professores que atuavam na comissão de implantação (CIRU). A UFSC foi a primeira instituição a implantar a reforma, mas nós não tínhamos nenhuma referência para guiar nossas ações. A reforma permitiu a expansão das vagas e mexeu com a burocracia da nossa instituição. As faculdades, até então, tinham autonomia legal para estabelecer o número de vagas e a descentralização dificultava a administração. Considerando-se que o regime militar era claramente centralizador, a UFSC se acomodou facilmente a esse modelo.

Na Filosofia, o aluno tinha direito a cursar disciplinas em outros cursos, as turmas eram pequenas e havia o convívio com alunos de diferentes cursos. De outro lado, era muito comum os professores receberem seus colegas em suas aulas. Repentinamente, um colega entrava na sala de aula e iniciava um debate com o professor sobre um tópico divergente, sem que isso ocasionasse algum constrangimento. Isso era freqüente e proporcionava aos alunos uma oportunidade de visualizar um debate de modo cordial, estritamente acadêmico. Dentro desse cenário, o relacionamento era face a face, pois as turmas eram pequenas e todos se conheciam.

*Outro aspecto interessante era a convivência entre os professores*, pois eram bastante comuns visitas às residências de colegas por motivos variados. Quando nós recebíamos um professor de outra instituição, o Prof. Cabral levava o colega aos restaurantes, fazia um tour pela cidade ou hospedava-o em sua residência. Havia um relacionamento fraterno, amigável e hospitaleiro, o que facilitava a interação acadêmica. A cooperação era na base da amizade, a pessoa era amparada e se sentia em casa, algo bastante cultivado na Faculdade de Filosofia. Como isso era possível? Em primeiro lugar, a comunidade acadêmica era pequena, todos se conheciam e havia um certo espírito de cooperação. Com o crescimento da instituição, as relações se tornaram mais profissionais, os inevitáveis apadrinhamentos foram eliminados ou minimizados, houve o aumento do pluralismo acadêmico, as críticas se tornaram imparciais e mais freqüentes.

**RCH** – O crescimento das universidades não trouxe um problema de gerenciamento? Comumente, nossos colegas criticam veementemente a pesada estrutura burocrática. Por favor, comente esse tópico.
**Coelho** – Nós podemos enumerar vários aspectos negativos desse gigantismo, *como o crescimento da burocracia e a inoperância da instituição* para tomar medidas emergenciais. A burocracia brasileira é algo terrível, pois chegamos a criar o Ministério da Desburocratização para lidar com o problema. Embora exista a possibilidade de envio de documentos por via eletrônica, muitas instituições não aceitam essa correspondência virtual. Na universidade esse problema é sério, pois esse tipo de mentalidade está associado a um poderoso aparato burocrático que impede que tomemos medidas emergenciais para evitar, por exemplo, a evasão escolar, repetições e abandono dos cursos. As autoridades sabem que são problemas sérios, mas pouco se faz para reter os alunos. As reuniões nos departamentos duram quatro ou cinco horas, desviando os professores de suas funções básicas. Ocorre certa acomodação no âmbito das universidades, pois tais problemas não são discutidos durante os processos eleitorais, em particular, para a Reitoria.

**RCH** – Ao examinar o ensino nas escolas públicas, percebemos que ocorre um franco processo de degradação. O senhor compartilha essa opinião? Caso positivo, o que fazer para atenuar o problema?
**Coelho** – A degradação da escola pública começou com as ações dos sucessivos governos militares. Houve massificação do ensino e enorme ampliação do número de vagas nos diversos níveis, mas não houve a preocupação em formar pessoal qualificado para atender às demandas da sociedade.

Do ponto de vista numérico, a ampliação das vagas foi algo positivo, mas não houve a preocupação com o crescimento ou a questão foi abordada de modo bastante superficial. Em outros tempos, os professores eram valorizados – uma professora normalista, por exemplo, era um título excepcional – e eram melhores remunerados. Inicialmente, os governos militares promoveram mudanças positivas no ensino, mas as escolas e universidades não se prepararam para atender à crescente demanda e pressões da sociedade.

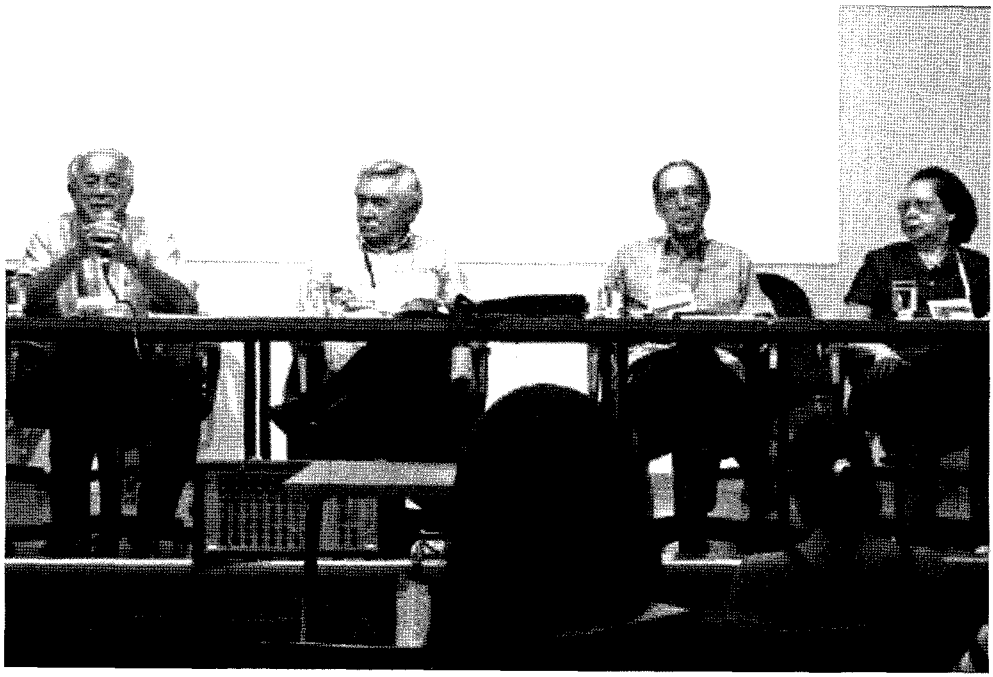

**Figura 6**
**Roque de Barros Laraia (UCG E UnB), Orlando Sampaio Silva, (UFPA) Sílvio Coelho dos Santos, (UFSC) e Maria Cecília Helm,(UFPR) em mesa redonda "História e memória da Antropologia no Brasil", 25ª RBA Goiânia, 2005.**

As universidades necessitam de investimentos financeiros maciços para superar as dificuldades, mas também devem promover uma auto-avaliação para corrigir problemas como evasão de alunos, repetências e inexistência de um plano de inserção junto à sociedade.

Os professores são motivados a participar de congressos no exterior ou a publicar seus textos em revistas internacionais, e poucos se envolvem em questões locais. Muitos não aceitam encargos administrativos, evitam compor comissões ou se isentam das aulas de graduação, pois a CAPES e o CNPq não valorizam tais atividades no momento de concessões de verbas ou bolsas de pesquisa. Por outro lado, os salários caíram muito e os estudantes de mestrado ou doutoramento têm sérias dificuldades para se dedicar exclusivamente às pesquisas, pois os valores das bolsas são irrisórios.

**RCH** – A criação do Curso de Especialização em Antropologia contou com o apoio formal do National Museum of Natural History (Smithsonian Institution) e do Museu Nacional (UFRJ), conforme as cartas que essas instituições lhe enviaram no final de 1972. Foi apenas um incentivo formal ou os documentos enviados trouxeram benefícios mais tangíveis?
**Coelho** – O apoio foi importante, pois eles tiveram grande significado político. Quando estávamos pensando na implantação de um curso de Especialização em Antropologia, nós tínhamos um relacionamento conflituoso com a Sociologia, de forma que não obtivemos êxito quando elaboramos a primeira proposta. Nós éramos minoria no departamento, e a proposta não foi aprovada. Alguns membros do departamento queriam participar do curso, de modo que caminhamos para a criação de um curso em Ciências Sociais, o qual foi implantado em 1976.

Em termos estratégicos, nós nos valemos do contato com o Smithsonian Institution e Museu Nacional (UFRJ). Clifford Evans e Betty J. Meggers, professores americanos daquela instituição, tinham visitado o Brasil e estavam interessados em implementar um programa nacional em arqueologia. Havia o interesse de mapear os sítios arqueológicos, para conhecer a variedade cultural e a história do homem americano. Em Santa Catarina, o Prof. Piazza já estava envolvido em pesquisas nos sambaquis, de forma que havia uma base para tal interação. Evans e Meggers entraram em contato com o Prof. Cabral, o qual logo se mostrou interessado na implementação de um projeto de cooperação.

Foi nesse contexto que eu apresentei um projeto de pesquisa para estudar os índios Xokleng, o qual foi logo contemplado com um grant de US$2.200, uma bela soma na época. A ajuda de Evans e Meggers foi fundamental, pois o reconhecimento por parte do Smithsonian Institution permitiu que a nossa proposta fosse mais bem avaliada na UFSC. Foi nesse contexto que nós nos dirigimos (1972) ao Smithsonian Institution para obter algum apoio para a implantação de um curso de Especialização em Antropologia.

No que diz respeito ao Museu Nacional, sempre ocorreu uma interação mais próxima, pois alguns professores vinham à Florianópolis para ministrar cursos. Em razão de meu doutoramento e da origem do Prof. Egon Schaden, o qual visitava regularmente seus familiares em São Bonifácio, vários professores do Departamento de Antropologia da USP também tinham relacionamento estreito com o nosso grupo de pesquisa.

**RCH** – De acordo com sua experiência de ensino e como um dos pioneiros no campo das Ciências Sociais, como você enxerga o futuro da Antropologia?

**Coelho** – Em primeiro lugar, devemos apontar a expansão dos cursos de Pós-graduação em Antropologia (mestrado e doutoramento), os quais formam entre 60 e 70 novos doutores por ano. As universidades não aproveitam todos eles, pois notamos que um grande número de candidatos se inscreve para concursos de apenas uma vaga. Entretanto, eles são absorvidos pelas ONGs e pelo Ministério Público Federal, o qual conta com um corpo de antropólogos para emitir laudos. Esses profissionais também atuam em outras instituições, como FUNAI, INCRA, Ministério do Meio Ambiente e da Reforma Agrária ou são convocados por empresas particulares para emitir laudos sobre impactos socioambientais.

Os antropólogos também atuam no teatro e no cinema (antropologia visual). O mercado de trabalho é aparentemente restrito, mas ele tem uma dinâmica própria para absorver as pessoas com boa formação acadêmica (doutores, principalmente). Profissionais com boa formação acadêmica também contribuem para o conhecimento da estrutura social urbana (conflito urbano, crescimento das favelas, homossexualismo e violência policial). Nós nunca tivemos a preocupação de regulamentar a nossa profissão, evidenciada pela criação de um conselho federal e regional de Antropologia, mas sempre existiu uma área especializada, pois é necessário que uma pessoa tenha, no mínimo, um curso de mestrado, para ser efetivado como sócio pleno na Associação Brasileira de Antropologia.

**RCH** – Quais são as grandes questões para a Antropologia atual?

**Coelho** – Trata-se de uma pergunta difícil de responder. Em outros tempos, os antropólogos realizavam suas pesquisas em áreas distantes, como na Amazônia ou com tribos da África, dentro da tradição implantada por Bronislaw Malinowski (1884-1942) e outros notáveis pesquisadores nesse campo. Atualmente, as pesquisas podem ser feitas dentro da nossa instituição ou com grupos que vivem bem próximos de nós.

Se analisarmos a questão brasileira ou os dois Brasis (usando outra terminologia, a belíndia), os antropólogos podem auxiliar na minimização do problema da exclusão. Caso não seja implementada uma política de integração de pessoas e de grupos que não têm voz, poderá ocorrer um aumento da violência no campo, invasões de terras urbanas, conflitos urbanos e outros problemas sociais. Com efeito, a disputa eleitoral de 2006 permitiu a visualização de sinais preocupantes, pois foi constatada uma clara divisão entre populações que vivem no norte e sul do país. Caso tais questões não sejam enfrentadas de modo adequado, o problema poderá desembocar em conflitos sociais cada vez mais sérios, e o antropólogo tem muito a contribuir.